

Valor Verde: da formação ã função. Um breve questionamento.

Diamico Manuela.

Cita:

Diamico Manuela (2010). *Valor Verde: da formação ã função. Um breve questionamento. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/496>

Valor Verde: da formação à função. Um breve questionamento

Manuela de Souza Diamico – mestranda em Sociologia Política do PPGSP – UFSC
Contato: manuela_diamico@hotmail.com

Área temática: Relações Internacionais

Artigo desenvolvido com base na Pesquisa para Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*"Trabalho elaborado para apresentação no V Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP).
Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010."*

Resumo:

A temática ambiental tem sido vastamente divulgada. Após décadas de conferências nacionais e internacionais e outros esforços, tem-se como resultado uma efetiva disseminação da problemática ambiental. A forma mais evidente de verificar essa tendência é através das mercadorias ecologicamente corretas dispostas no mercado em escala mundial. A pergunta que se faz no presente artigo é como entender a incorporação da problemática ambiental no desenvolvimento contemporâneo do capitalismo? Parte-se do princípio de que o modo de produção capitalista incorporou os constrangimentos ambientais inculindo às mercadorias um valor agregado. A questão é como entender esse novo *valor verde*.

Palavras chave: crise ambiental, valor, mercadoria

Introdução

Nesse artigo pretendemos problematizar a incorporação da problemática ambiental, entendida como a constatação da crise ambiental causada pela utilização desmedida dos recursos naturais, ao sistema de produção capitalista contemporâneo. Esse artigo é fruto de minha pesquisa para dissertação de mestrado, em andamento. Trago questões que perpassam a pesquisa e alguns resultados preliminares. Apresentamos inicialmente uma descrição da forma como esta problemática tem sido divulgada e um breve esboço sobre as transformações acontecidas nesse processo de formação do aparente consenso sobre a crise, incluindo um panorama dos debates ambientalistas nas últimas décadas. Tentamos evidenciar que a crítica à lógica economicista não é peculiaridade da tradição marxista, muito embora, como afirmam autores da tradição marxista, essas correntes ambientais apresentem lacunas em suas abordagens. Com a apresentação destas diferentes concepções tentamos trazer o debate que parece um tanto “virtual” para a análise estrutural das contradições entre o capitalismo e as aspirações ambientais.

Destacamos a problemática da relação homem-natureza. Relação esta que tem sido bastante debatida pelos setores ambientalistas e que, como veremos, tem ajudado a formar uma “idéia” mais harmônica sobre o tema e na elaboração de medidas ambientais – apontamentos feitos por Antônio Carlos Diegues (2005 e 2008). No entanto, com base nas análises marxianas, principalmente por meio dos autores Elmar Altvater, Guilherme Foladori, John Bellamy Foster e Paul Burket, vemos que há uma lacuna nessa problemática que não permite que as demandas ambientalistas tenham sucesso. A saber, o que proporcionou uma forma segregada de pensar a relação homem-natureza? A partir desse questionamento passamos então a analisar a formação da mercadoria, com base na teoria do valor de K. Marx, para buscar entender como a problemática ambiental vem sendo incorporada pelo capitalismo contemporâneo e como – próprio da lógica capitalista – se tem a fetichização da mesma. Para elucidar nossas análises apresento rapidamente alguns resultados preliminares da pesquisa de campo em torno da pergunta: como entender a incorporação “verde”¹ no processo de produção capitalista.

Com isso pretendemos problematizar a forma como são tratados os problemas ambientais, que hegemonicamente exclui as questões sociais de suas análises e proposições e que coloca o tema apenas como “algo” que paira no ar e diz respeito somente ao “futuro”.

Divulgação da problemática ambiental – constatação da incorporação da temática ao mercado; como entender essa incorporação do “verde” à mercadoria

Existe uma vasta literatura sobre meio ambiente e a crise ambiental, o que torna a preocupação ambiental fato amplamente debatido e levado em consideração, principalmente diante dos impactos negativos da utilização desmedida dos recursos naturais. Como exemplos dos diversos debates em torno da problemática ambiental podemos citar algumas reuniões e fóruns organizados em reação às catástrofes ambientais: a Conferência de Estocolmo (1972); o Simpósio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e Desenvolvimento, realizados em 1974; a elaboração, pelo PNUMA, do Relatório Brundtland (1987); a Conferência do Rio de Janeiro (1992). Mais recentemente citamos a COP-15, que tratou dos limites do crescimento mundial – e trouxe à tona mais uma vez o fracasso em atingir as metas estabelecidas nesses fóruns².

¹ O termo “verde”, assim como “ecologicamente correto”, será utilizado para referir a incorporação da temática ambiental ao valor ou às mercadorias. Não uso o termo “sustentável” nesses casos para distingui-los do debate sobre sustentabilidade.

² Mais uma vez a determinação do preço “verde” e a determinação sobre a quem cabe tais custos se fez evidente. Ou seja, mais uma vez a determinação econômica se mostrou claramente determinante, mesmo diante de problemas sociais de grande porte – levando em consideração que os problemas ambientais são também sociais. Digo “mais uma vez”, pois a COP-15, 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, teve como principal foco redefinir uma meta de redução de gases poluentes, que havia sido negociado anteriormente pelo Protocolo Kyoto, assinado em 1997, e que não obteve os resultados esperados.

O resultado das pesquisas desenvolvidas para essas conferências, bem como outros esforços (como dos movimentos ambientalistas) a partir principalmente da década de 1980, foi uma efetiva disseminação da problemática ambiental e da incorporação desses problemas no ideário dos indivíduos em geral.

Nesse movimento uma das variáveis identificadas como causadoras da crise foi o modo de produção industrial, este baseado na idéia de produção ilimitada e despreocupada com a utilização massiva dos recursos naturais. Este modo de produção – ou racionalidade produtiva (LEFF, 2002) – é atualmente questionado e alternativas ditas “sustentáveis”³ têm sido incorporadas – ao menos ao nível discursivo. Uma das formas de se verificar essa tendência é a partir dos bens e serviços dispostos no mercado em escala mundial. As estratégias de marketing atualmente voltadas à problemática ambiental ganham cada vez mais espaço no mercado e agregam cada vez mais valor às mercadorias. Hoje praticamente qualquer mercadoria “ecologicamente correta” – *sustentável*, conforme nota 1 – tem legitimidade para possuir um “valor” (preço) mais elevado do que uma mercadoria “tradicional”. Em decorrência desse movimento, cresce o número de empresas que adotam estratégias sustentáveis para “melhorar sua imagem”, como, por exemplo, a rede de supermercados Wal Mart (GUIVANT, 2008) e a empresa de papel e celulose Klabin SA; pode-se mesmo citar o serviço bancário, a exemplo do Bradesco, que criou a Fundação Bradesco. Destacamos também a incorporação das preocupações ambientais no âmbito institucional – a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1983, que encampou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), instituído em 1981 e regulamentado em 1990. Respondendo a essas demandas, organismos de proteção e certificação têm surgido como mecanismos de legitimação dessas mercadorias “verdes”. É o caso da certificadora de serviços internacional ISO, com a Instrução Normativa ISO 14000; o Conselho de Manejo Florestal – FSC (Forest Stewardship Council)⁴; o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC). Todos esses são exemplos de como a questão ambiental está disseminada por diversas instâncias da sociedade contemporânea. A pergunta que se faz é como entender esse panorama de adesão generalizada ao movimento sustentável que inclui diversas perspectivas, propostas e ações para lidar com a crise ambiental.

A constatação da crise ambiental tem sido incorporada nos debates políticos internacionais, nas organizações internacionais, nas instituições governamentais, nas agências para o desenvolvimento, no setor privado e na sociedade civil, mas, apesar disso, é um tema bastante polêmico (COLBY, 1989, DIEGUES, 2008, VIEIRA 2006,). Isso porque, mesmo com a disseminação do conceito de “desenvolvimento sustentável” e do consenso em relação a necessidade desse desenvolvimento, na prática o conceito é controvertido: muitas e diferentes concepções em torno dele têm sido geradas. Dessa forma, a proposta de “sustentabilidade”, conforme alerta Colby (*Ibid.*), pode tornar-se

³ O termo será empregado em seu uso comum, referente ao conceito apresentado no Relatório Brundtland de 1987: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”

⁴ Destaco que uma das preocupações da empresa Klabin S. A, a qual compõe o Programa Matas Legais, meu estudo de caso, é a obtenção deste selo, uma vez que é parte do mercado madeireiro internacional. Fato que será debatido adiante, quando apresentarei os dados relativos ao campo preliminar realizado em março de 2010.

insustentável enquanto não alcançar consensos reais e mudanças concretas de atitude. Em outras palavras, parece que o desenvolvimento teórico e discursivo avançou mais do que o prático (SACHS, 2007; VIOLA & LEIS, 1995; COLBY, 1989; DUPUY, 1995). Por esse motivo é importante rever os conhecimentos acumulados através dos quais se poderá traçar estratégias de desenvolvimento mais compatíveis com a realidade concreta (SACHS, 2007; VIEIRA, 2007; VIOLA & LEIS, 1995).

Nossa pergunta norteadora, portanto, é como entender a incorporação da problemática ambiental no desenvolvimento contemporâneo do capitalismo? Partimos do pressuposto de que a forma aparente sob a qual ela surge é o valor, considerando o grande apelo midiático sobre o consumo “ecologicamente consciente” que acaba por aumentar a demanda por esses produtos – mesmo assumindo um preço mais elevado do que os produtos considerados tradicionais⁵. A questão colocada, então, é como entender esse “novo valor”, aqui chamado *valor verde*. A hipótese é a de que, embora a temática tenha uma força persuasiva de grande fôlego, ao ser transformada em “mercadoria” o que se tem é a fetichização da questão ambiental, quando, antes de ser um elemento de troca, a questão ambiental está fundada na relação orgânica entre homem e natureza.

Para buscar responder tais questões acreditamos ser útil apresentar, de forma breve, a forma como o conceito de sustentabilidade vem se criando e recriando nos últimos 50 anos. Desta maneira pretendemos identificar as principais problemáticas apontadas. Verifica-se que embora a crítica à lógica produtivista tenha sido feita, esta passa ao largo da questão crucial das relações de produção⁶. A crítica deve perpassar, de acordo com Altvater (2007), essencialmente o questionamento da idéia de “necessidade”. A noção de necessidade na teoria de Marx, explica Altvater (*Ibid*), é central, pois é a partir dela que as “relações de produção” são engendradas. Ou seja, é através daquilo que se considera socialmente necessário que as decisões sobre o quê e como produzir são estabelecidas. Verifica-se que dentro das relações de produção capitalistas a idéia motriz – a necessidade fundamental – é a da produção de lucro, sendo, portanto, antitético colocar qualquer questão acima dela. Toda e qualquer questão colocada não pode sobrepor-se à força motriz do capitalismo, o lucro. Sendo assim, apesar do aumento na quantidade de ações em torno da problemática ambiental, elas não apresentam-se como soluções efetivas para crise, pois elas esbarram na barreira do lucro.

⁵ Isso pode ser verificado inclusive nos arranjos econômicos internacionais como por exemplo na tentativa de acordo internacional para o meio ambiente, ocorrido em 2009, a COP 15, na qual a pauta principal versou sobre quanto e quem deve pagar pelos transtornos ambientais.

⁶ Conforme explica Ellen Wood a categoria “relações de produção” para Marx referia-se a “uma lógica unificadora que se impõe en toda la sociedad, em la compleja variedad de su realidad empírica en una forma que nos permite hablar de um “orden feudal”o de uma “sociedad capitalista”, pero sin despojar a las sociedades feudales o capitalistas de la “intrincada trama de su vida social, política, cultural y moral””(WOOD, 2000, p. 69). Ou ainda, com base em E.P. Thompson: “La “profunda intuición” del materialismo histórico tal como lo concibió Marx, arguyie Thompson, no es que las sociedades capitalistas son simplemente “capital en la totalidad de sus relaciones”, sino más bien que la lógica del proceso capitalista ha encontrado su expresión en todas las actividades de una sociedad y há ejercido una precisión determinante em su desarrollo y forma: esto es lo que nos permite halar de capitalis mo o de sociedades capitalistas””(WOOD, 2000, p. 69).

A sustentabilidade

Vieira (2005) adverte que a partir da década de 1960 tem-se evidenciado os impactos destrutivos gerados pela ação antrópica sobre o sistema socioecológico mundial, o que se intensifica especialmente com a publicação do Relatório Meadows em 1972. Os principais fatores apontados como condicionantes da destruição do meio ambiente referem-se aos estilos de desenvolvimento empreendidos até o momento. Essa forma de organização levou ao esgotamento tanto das organizações sociais (que aprofundam os abismos sociais em todas as instâncias da vida), quanto dos recursos naturais. O que está em jogo é a possibilidade de escassez dos recursos naturais, essenciais para a manutenção e reprodução social e ambiental. Dupuy (1980) põe em questão, a partir disso, o tipo de desenvolvimento que deve ser alcançado: a manutenção do projeto de desenvolvimento capitalista atual ou “outra lógica social”? (*Ibid.* p.15). O que está em jogo, portanto, é a própria idéia de desenvolvimento capitalista.

O tipo de desenvolvimento empreitado até o momento, baseado na idéia do progresso científico-técnico ilimitado, marco maior da sociedade moderna, não cumpriu sua promessa de bem estar generalizado, ele é nocivo não só à sociedade mas também ao meio ambiente. Essa constatação, conforme evidenciam Viola & Leis (1995), leva a uma concepção da crise enquanto uma crise de relacionamento entre os homens e deles com a natureza; remete à idéia de que o problema está precisamente na forma como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Propõe-se a partir dessa constatação uma nova forma de pensar o crescimento, mais comprometida com as condições de vida humanas e não humanas (SACHS, 2007). Essa percepção, no entanto, não é generalizada nem surge diretamente com as primeiras inspirações ambientalistas. A percepção do inter-relacionamento existente entre homem e natureza, ou, entre meio ambiente e desenvolvimento, nem sempre esteve em pauta nos debates sobre meio ambiente ou sobre crescimento. Como veremos a seguir, ainda hoje algumas abordagens sobre a crise ecológica colocam os seres humanos apenas como causadores, mas não como sofrendores da crise.

A discussão sobre a crise ambiental, iniciada sistematicamente a partir da década de 1960 (COLBY, 1998; DIEGUES, 2005 e 2008; DUPUY, 1995; LEFF, 2000; LEIS, 2004, VIEIRA, 2005 e 2007 entre outros), trouxe uma série de abordagens referentes ao tema, cada qual tendo como pano de fundo uma concepção específica da relação homem-natureza. A maneira de perceber essa relação refletirá diretamente sobre a postura assumida mediante a problemática ambiental. A centralidade desse aspecto, como se verá, refere-se ao esforço para compatibilizar desenvolvimento econômico com proteção ambiental (compatíveis?). Antes, porém, será útil, para compreender como vem se formando essas diferentes noções em torno da crise ambiental, um breve relato sobre as suas principais diferenças, que, por sua vez, se desdobram em diferentes propostas de intervenção prática.

Formação do ideal ambientalista

De acordo com autores como Dupuy (1980), Diegues (2008), Andion (2000), a inserção da temática ambiental nos debates públicos iniciou por intermédio do movimento ambientalista (oriundo dos movimentos sociais), principalmente do movimento ambientalista norte americano a partir da década de 1980. Tinha-se, então, uma perspectiva preservacionista do meio ambiente, que consistia na idéia de que a natureza deveria ser preservada, e, para tanto, isolada do convívio humano. Baseavam-se na noção de que os seres humanos invariavelmente agridem e destroem a natureza e que, por isso, a melhor forma de manutenção desta seria minimizar seu contato com os seres humanos. A estratégia de atuação era a de criar “ilhas de natureza” – a partir do que surgiram as primeiras áreas de preservação ambiental –, livres da pressão humana e onde os seres humanos poderiam, no máximo, visitar⁷ (DIEGUES, 2008). A concepção de natureza envolvida referia-se exclusivamente ao conjunto físico e biótico que não fosse humano e não sofresse sua interferência. Por conseguinte, a relação do homem com a natureza era percebida como destrutiva, ou, melhor dizendo, não se tinha uma noção de “relação” entre homem e natureza. A natureza deveria ser intocada (DIEGUES, 2005).

Essa concepção, segundo Diegues (2008), acarretou alguns problemas tanto sociais como ambientais. Primeiramente a concepção de que os seres humanos não fazem parte da natureza marginalizou populações tradicionais ribeirinhas. A delimitação de áreas de não intervenção humana trouxe disputas de terras com essas populações, as quais eram expulsas de suas propriedades em nome da preservação da natureza. Em segundo lugar levantou uma problemática geopolítica, uma vez que muitas dessas áreas acabavam sendo delimitadas por Organismos Internacionais do Norte nos países subdesenvolvidos, com a justificativa da disponibilidade de terras ainda preservadas nos países do Sul. Uma concepção que Diegues (*Ibid.*) caracteriza como neocolonial, pois nelas as orientações são impostas de “cima para baixo”. Como consequência desses conflitos, muitas áreas foram degradadas como estratégia para afastar organismos ambientalistas⁸.

Mediante as complicações trazidas por essa concepção e a constatação da problemática da “relação homem-natureza”, surge, em seguida, uma nova concepção, a conservacionista (DIEGUES, 2008). Esta percebe a relação homem-natureza enquanto uma relação de interconexão entre eles. Isso terá implicações na forma como será abordada a problemática ambiental, uma vez que inclui em suas análises e ações essa nova noção de interconectividade entre homem e natureza. É nesse novo movimento que surge, de forma mais efetiva, a discussão do termo “sustentabilidade” e com ela a discussão sobre como intermediar o estilo de vida dos seres humanos, seu processo moderno de produção da vida, e a conservação ambiental.

⁷ Diegues apresenta vários dos problemas enfrentados pelas comunidades locais tradicionais com a política de implantação de parques e reservas ambientais preservacionistas.

⁸ Antonio Carlos Diegues discute as contradições da incorporação da temática ambiental e seus prejuízos às populações humanas nos livros “O mito moderno da natureza intocada” e traz uma série de artigos em “A ecologia política das Grandes ONGs trans-nacionais conservacionista” que discute o papel das ONGs nesse processo.

A inovação trazida pelas perspectivas “conservacionistas”, também chamadas de “sustentáveis” – a partir do Relatório Brundtland (1987) –, é a noção de ecossistema e de que os homens dele fazem parte. Nesse movimento a variável cultural – conservação das culturas tradicionais – é incorporada ao debate ambiental, levando a compreender a relação homem-natureza como indissociável. As análises ambientais, a partir dessa perspectiva, têm adotado estratégias de racionalização dos recursos, envolvendo as comunidades locais tanto na implantação de técnicas e manejos sustentáveis como em práticas de educação ambiental (DIEGUES, 2008).

Note-se que a idéia de “preservação” é substituída pela idéia de “conservação”. O debate passa, então, a acontecer em termos de conservar a natureza em compatibilidade com as necessidades humanas. Essa transformação, essa virada de concepção, reflete diferentes formas de entender a natureza e de perceber as ações humanas no mundo. Concretamente essa transformação não é direta nem tão bem delimitada. No entanto essa distinção é importante para entender o fundamento das diferentes concepções sobre meio ambiente e desenvolvimento que atuam concomitantemente. Elas podem, inicialmente, parecer semelhantes, entretanto, têm pressupostos – visões de mundo, por tanto – e objetivos distintos. Esse contexto é importante tanto para entender como a *crise ambiental* surgiu nas últimas décadas enquanto um tema relevante, como para entender as diferentes abordagens sobre o mesmo, às quais estamos constantemente expostos, sem nem sequer nos darmos conta.

Para Michael Colby (1989), o que fundamentalmente diferencia essas perspectivas é a noção que possuem sobre o relacionamento entre homem e natureza. Nas duas apresentadas – a preservacionista e a conservacionista – fica evidente essa diferença: enquanto para a conservacionista existe uma relação de reciprocidade entre homens e natureza, para a preservacionista, essa relação é de segregação. A partir da taxonomia apresentada por Colby (1989) e Diegues (2008) das principais correntes ambientalistas – a saber: a Fronteira Econômica, a Ecologia Profunda (Deep Ecology), a Proteção Ambiental, a Gestão dos Recursos e o Ecodesenvolvimento – percebe-se que cada uma delas tem uma propensão para uma ou outra perspectiva, entre a preservacionista e a conservacionista, mas que cada corrente defenderá uma posição própria.

A Deep ecology, perspectiva preservacionista, toma uma posição de defesa radical do meio ambiente, em detrimento dos seres humanos. Sua proposta de atuação remonta a um retorno a natureza intocada, a um decréscimo radical da produção e do consumo, e a retomada de uma vida quase primitiva. Proposta crítica pela sua total impossibilidade de realização. Já as abordagens da Fronteira Econômica ou da Gestão Ambiental, perspectivas conservacionistas, propõem uma gestão mais racional do meio ambiente. No entanto, suas propostas são distintas: enquanto a preocupação da primeira é a escassez dos recursos, que leva a impossibilidade da reprodução da atual lógica produtivista, economicista; a da segunda é a de um colapso socioambiental, propondo como alternativa uma lógica produtiva menos economicista. Verifica-se que ainda existem concepções preservacionista, mas que a maioria, no discurso, é conservacionista. No entanto, é importante destacar, uma concepção conservacionista não está diretamente ligada a uma posição de defesa de um desenvolvimento alternativo que entende a crise ambiental como a crise da racionalidade produtiva. A constatação da inter-relação entre homem e natureza, como por exemplo na Fronteira Econômica, pode significar apenas uma preocupação com a finitude dos recursos naturais, propondo

como alternativa ao problema ‘pontual’ um desenvolvimento técnico que possa substituir os recursos hoje utilizados.

Tendo ciência das diferentes possibilidades de entendimento da crise, verifica-se que, mesmo com o auxílio de Diegues (2005) ao identificar as duas grandes áreas que permeiam o debate ambiental – se assim podemos chamar o preservacionismo e o conservacionismo –, ainda assim, não damos conta de entender a multiplicidade de saberes sobre o tema. A temática envolve questões ainda mais amplas e englobam assuntos políticos e estruturais ainda não abordados. Uma dessas questões, já citadas e referidas por Colby (1989) e Diegues (*Ibid*), mas não esgotada – pelo contrário – é a própria relação entre homem e natureza. Antes mesmo de pensarmos na diferença entre preservacionismo ou conservacionismo, devemos sobre pensar quando tal separação, homem/natureza, ocorreu.

Foster (2005), ao apresentar a “Ecologia de Marx”, faz um exaustivo apanhado da construção da concepção de materialismo de Marx. Nesse debate apresenta a importância da noção da relação entre homem e natureza entendida por Marx como um processo metabólico – ou como partes de um mesmo metabolismo. Essa concepção se apresenta, no debate sobre o materialismo, como a defesa de uma concepção realmente materialista que envolve as relações entre os homens e com a natureza. A luta pela formulação de um materialismo real era a luta pela eliminação da alienação do homem e da natureza, uma vez que para Marx essa relação é uma. Na concepção de Marx, como cita Foster:

"Os homens, na luta com a natureza (isto é, na luta pela liberdade), entram em certas relações uns com os outros para conquistar essa liberdade... Mas os homens não podem mudar a natureza sem mudar a si mesmos. A plena compreensão desta mútua interpenetração do movimento reflexivo dos homens e da natureza, tendo como mediador as relações necessárias e em desenvolvimento conhecidas como sociedade, é o reconhecimento da necessidade, não apenas na natureza mas em nós mesmos e portanto na sociedade. Vista objetivamente, esta ativa relação sujeito-objeto é a ciência; vista subjetivamente, é a arte; mas, como consciência emergindo em ativa união com a prática, ela é simplesmente a vida concreta - todo o processo de trabalhar, sentir, pensar, e comportar-se como indivíduo humano num mundo único de indivíduos e natureza." (FOSTER, 2005, p. 27)

A luta materialista contra a alienação perpassa inicialmente a luta contra qualquer concepção teleológica ou teológica das coisas, ou seja, é contrária a concepções que buscam explicar a realidade por meio de apriorismos ou fatalismos. Explica Foster (2005) que até o século XIX a visão predominante era uma visão teológica – um teleologismo fundado na teologia –, que explicava tudo pela divina providência. O "grande inimigo" dessa concepção foi o materialismo epicurista⁹, a partir de seu resgate pela ciência renascentista e iluminista. Contra a teologia o materialismo desenvolveu novas versões: "a terra foi desalojada do centro do universo; descobriu-se que o tempo e o espaço eram infinitos (e até que a história da terra estava atrelada ao "profundo abismo" do tempo); e por fim, demonstrou-se que os seres humanos compartilhavam com os macacos de uma ancestralidade comum, originando-se de um galho da mesma

⁹ Epicuro foi tema da tese de doutoramento de Marx. Daí sua influência à formação do materialismo de Marx.

árvore evolucionária. (...) A cada passo dado pelo materialismo, Deus era desalojado do universo material" (FOSTER, *Ibid*, p. 28).

No entanto, a teologia foi substituída por outro “ente”, o capital. O apriorismo e o teleologismo agora perpassam a ideologia capitalista, a qual reproduz uma idéia de que todo o desenvolvimento social alcançado até o momento é fruto – e somente – de seu funcionamento e que o desenvolvimento subsequente da história da humanidade já está definido em termos de “desenvolvimento técnico e produtivo” ilimitado. Foster (*Ibid*) mostra como em O Capital – de forma sistemática e amadurecida, mas desde o Manifesto Comunista – Marx explicita o impacto destrutivo da relação homem-natureza que o capitalismo institui, demonstrando que as relações de produção capitalistas fazem alienar o homem de si e da sociedade, mas também da natureza – conforme exposto anteriormente, a própria idéia de destruição da natureza muitas vezes está desligada dos problemas humanos.

O conceito desenvolvido por Marx de metabolismo aponta para o processo de trabalho (relações sociais, portanto) enquanto um "processo harmônico entre o homem e a natureza" (*Ibid*, p. 201) e que a “falha metabólica”, o desligamento da sociedade e da natureza, é fruto do processo de produção capitalista, inicialmente pela separação entre campo e cidade (*Ibid*, p. 201). Essa teoria preconiza que o sistema de produção capitalista incentiva o crescimento das cidades e diminui a concentração populacional no campo. Essa disparidade resulta numa “falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social (...). A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza - o solo e o trabalhador." (*Ibid*. p. 220). Para Foster (*Ibid*) o conceito de "metabolismo" é o que melhor traduz a inter-relação homem-natureza, e o faz através da análise da realização do trabalho (*Ibid*.p. 221). Ele (o conceito de metabolismo) é utilizado para descrever:

"Tanto a real interação metabólica entre a natureza e sociedade através do trabalho humano (...) quanto, num sentido mais amplo (...), para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo." (FOSTER, 2005, p. 222)

Foster (*Ibid*) chama a atenção para a análise apresentada por Marx, expressa nos Grundrisse, segundo a qual o que precisa ser explicado não é como se dá essa interação natureza e sociedade, mas, pelo contrário, o que possibilita tal **dissociação** (FOSTER, 2005, p. 223).

Considerando a hipótese inicial de que a forma pela qual a temática ambiental é incorporada é através da mercadoria, partimos agora para argumentação que sustenta tal hipótese. Como vimos os debates nacionais e internacionais envolvendo a temática ambiental tratam-na enquanto um problema de gestão da produção. A partir da constatação dos perigos causados pela degradação ambiental passa-se a questionar produção no sentido de diminuir a emissão de poluentes, o que por sua vez traz “custos” à produção, e por consequência redução dos lucros – objetivo geral do sistema de produção capitalista. Assim sendo, como “alternativas” de incentivo para adesão das preocupações ambientais, temos a criação de novos arranjos financeiros, monetários, virtualizados, tais como certificações e abatimentos fiscais, ou ativos, relacionados à percentuais correspondentes a cotas de poluição. Em outras palavras, temos a criação de

novas mercadorias que, por sua vez, tornam a questão ambiental ainda mais distante (de uma discussão real) do que poderíamos pensar diante de uma gama de bens e serviços verdes à nosso dispor a todo tempo – tendo, claro, o dinheiro correspondente.

Mas, de que forma essas questões são incorporadas e ao mesmo tempo não polemizadas? A questão proposta por Marx de que devemos buscar entender, não como se dá a relação homem natureza, mas, como elas foram dissociadas é fundamental para traçarmos possibilidades reais de atuação social e ambiental. Interessa-me em especial, da exposição de Foster (2005) sobre a Ecologia de Marx, seu esclarecimento sobre a luta pelo meio ambiente ser a mesma que a luta pelos seres-humanos. Em outros termos, a alienação do homem é também a alienação da natureza. Andrioli (2008), expressa essa dupla exploração argumentando que “a continuidade do modo de produção capitalista, orientado, prioritariamente, pela maximização dos lucros, conduz, tendencialmente, a uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho, por um lado, e, por outro, à deteriorização da base de produção econômica, da fonte da riqueza, ou seja, da natureza” (ANDRIOLI, 2007, p. 01).

A importância da teoria do valor de Marx nesse trabalho, assim como para autores como Altvater (2007), Burkett (2007), Foladori (2000), Foster (2005) está na possibilidade de melhor entender como a idéia de sustentabilidade é incorporada pelo sistema capitalista enquanto valor – preço. A teoria do valor de Marx nos fornece subsídios para analisar a formação do “valor ambiental”, ou “valor verde” – ao utilizar esses termos pretendo remeter a idéias de custos ambientais, ou os valores financeirizados agregados às mercadorias. Apesar de ser acusada de economicista a teoria do valor de Marx abre possibilidade de análise tanto de variáveis quantitativas (a valoração em si, ou o valor-de-troca) quanto qualitativas (que envolve a discussão sobre as necessidades humanas, ou valor-de-uso).

Construção do valor das mercadorias – valor de uso e de troca

A formação do valor

A clássica teoria da formação do valor de K. Marx é fundamental para compreender como os valores das mercadorias, embora pareçam abstratos, não o são. Pelo contrário, são historicamente construídos e reproduzidos. Segundo Muller “esses padrões históricos implicam um grau de coação, de necessidade histórica. No entanto, para tratar desse tipo de necessidade não é preciso reificá-la. Uma das importantes contribuições de Marx foi a de prover um fundamento historicamente específico para tal necessidade, i.e., para formas de desenvolvimento capitalista em larga escala, em formas determinadas de prática social expressas por categorias como mercadoria e capital” (MULLER, 2008, p. 32)

Marx em O Capital (1996) inicia sua teoria pela análise da mercadoria, pois pressupõe que o acúmulo de riqueza é a força motriz da sociedade capitalista e que a

mercadoria é a forma concreta assumida pela riqueza. A mercadoria é um objeto exterior ao indivíduo, uma “coisa” que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Posto isso, é necessário compreender que para Marx essa *coisa qualquer* – a mercadoria – pode ser concebida sob um duplo aspecto, o da quantidade e o da qualidade – “a diversidade destas medidas decorre, em parte, da natureza diversa dos objectos a medir, em parte, de convenção” (sic. MARX, 1996, p. 165). Sendo, portanto, as medidas das coisas historicamente datadas e socialmente construídas.

Tendo em vista estas duas possibilidades de medida das *coisas*, Marx demonstra que o valor atribuído a uma mercadoria é composto em primeiro lugar pelo seu valor de uso. O “valor de uso” representa uma medida qualitativa: relacionada à utilidade inerente à coisa/objeto de suprir uma necessidade. Esse valor qualitativo não pode ser diretamente comparado a qualquer outra qualidade de outro objeto qualquer. Por isso uma valoração quantitativa se faz necessária para conferir a um objeto possibilidade da troca¹⁰. Daí o segundo aspecto da formação do valor: o “valor de troca”. O “valor de troca (...) surge, de início, como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, relação que muda constantemente no tempo e no lugar” (MARX, 1996, p. 166). Na troca o “valor de uso” de um objeto perde sua peculiaridade e passa a valer tanto quanto outro qualquer, desde que se encontre a proporção adequada. Para alcançar essa *proporção adequada* é necessário encontrar um denominador comum sob o qual qualquer objeto possa ser reduzido. No sistema capitalista de produção esse denominador comum corresponde ao trabalho humano abstrato que, por sua vez, só pode ser medido em quantidade de “tempo de trabalho socialmente necessário”, ou o trabalho social, ao qual corresponderá um valor em moeda [correspondente universal], o preço (MARX, 1996).

O preço por sua vez é traduzido em símbolo, o dinheiro. Explica Altvater:

“o dinheiro é introduzido como mediador entre o produtor e o homem com necessidades. O dinheiro é o vínculo entre o trabalhador e as necessidades individuais (...). O trabalho tem um duplo caráter, produz valores de uso, que satisfazem as necessidades de outros, e produz valor (de troca). [ou seja] (...) O trabalho social, não está somente determinado por sua capacidade de produzir valores de troca, mas sim também deve produzir valores de uso, isto é, produtos que satisfaçam necessidades sociais.” (ALTVATER, 2007, p. 5)¹¹.

Com essas considerações Altvater (2007) explicita a forma como, a partir da dualidade do valor e do trabalho, se origina o fetiche da mercadoria, conforme proposto por Marx. Demonstra que a transmutação proporcionada pelo dinheiro do valor de uso das *coisas* em valor de troca esconde as relações sociais implicadas nesse processo. Pretende com isso – dentre outros objetivos - demonstrar que a acusação de que Marx, ao analisar a estrutura econômica, não dá conta de compreender as relações sociais é infundada. Defende Altvater (*Ibid*), sobre a análise do valor e do fetiche da mercadoria de Marx,

¹⁰ É importante destacar que os conceitos de “valor” e “troca” são bastante problematizados pelas ciências sociais, mediante as cargas de subjetividade neles incutidas, conforme explicitados por Weber – “A objetividade do Conhecimento”. No entanto, a forma como aqui são empregados remonta aos conceitos marxianos.

¹¹ O artigo, versão online, não possui numeração de páginas. A identificação de página ficou a critério da autora para facilitar a localização das referências para os leitores.

que: “A mensagem é muito clara: não é fácil entender as relações sociais entre os homens e entre os homens e a natureza, porque requer um trabalho intelectual para superar o fetichismo inerente a tais relações. Ou seja, para compreender a incorporação da variável ambiental à sociedade contemporânea, tem-se que recorrer às análises de sua inserção estrutural na vida social, como por exemplo em termos de valor agregado, aqui denominado *valor verde*”. (*Ibid*, p. 06)

Interessa dessa distinção das duas formas de valor implícitas na mercadoria, em particular, a constatação de que, como “valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade. Como valores-de-troca, só podem ser de quantidade diferente” (MARX, 1996, p. 167). Essa distinção é de suma importância para compreender a incorporação do valor “verde” às mercadorias na sociedade atual, marcada pela expectativa ambiental, uma vez que a questão ambiental pode ser interpretada tanto como valor de uso (valor qualitativo, cultural) quanto como de troca (quantitativo, econômico).

Temos então duas concepções de valor fundamentalmente opostas, ambas constituintes do preço das mercadorias. Ao estudar o “valor” – mesmo no sentido econômico do termo, que poderia levar a uma análise meramente quantitativa – Marx elucida a importância da variável qualitativa, fundamentalmente subjetiva (entendendo a subjetividade como uma relação do indivíduo e seu meio), do preço que, em geral, não é percebida. A construção do “valor de uso”, para análise do valor agregado pelas preocupações ambientais, portanto, ajuda a entender como a incorporação das preocupações ambientais à mercadoria não corresponde a uma mercadoria diferenciada; continua sendo mercadoria, como qualquer mercadoria, e regida pelo mesmo processo de valorização.

Da necessidade

Conforme exposto por Marx, na formação do valor as qualidades de uma mercadoria são o fundamento para estabelecer seu preço. Mas essas estão diretamente relacionadas com sua capacidade de corresponder às necessidades dos indivíduos. Dessa forma, na medida em que o sistema de produção avança – que o domínio da técnica na transformação da natureza aumenta –, também as necessidades dos homens se complexificam. Dito de outra maneira, “os seres humanos têm que satisfazer suas necessidades e o fazem de maneira social, de forma tal que as necessidades de uns são satisfeitas pelo trabalho de outros (...). O conceito de necessidade é uma categoria central no pensamento marxista que assinala o caráter mútuo das atividades de produção e consumo do homem em uma sociedade determinada.” (ALTVATER, 2007, p. 04).

A questão da formação da necessidade, portanto, está diretamente ligada à compreensão das várias influências sociais ou individuais, estruturais ou intencionais que compõem a própria formação da cultura, que, nos termos de Marx, é uma formação dialética. Conforme Postone (2006) a necessidade histórica – e não trans-histórica – é “não estática, mas antes um resultado da dialética do valor e do valor de uso, possuindo uma dinâmica imanente e, portanto, provém a base material de uma lógica histórica

imane” (POSTONE, *Ibid.* p. 13). Portanto pensar a necessidade, antes de pensar apenas o consumo, torna-se fundamental para superar os constrangimentos do Estado capitalista às lutas sociais e/ou ambientais.

Conforme já assinalamos – no início desse texto –, a necessidade primordial do sistema capitalista de produção é a formação do lucro, e não a realização plena dos homens e da natureza. Dessa forma, para reproduzirem-se, as relações de produção estão fundamentadas numa lógica alienante que afasta a cada passo os homens de seus pares e do seu meio: “não é o valor de uso ou a utilidade de um produto ou serviço que tem prioridade e sim seu valor de troca, como aspecto formal e quantitativo” (ANDRIOLI, 2007, p. 02). Foster (2005) aponta que apenas a organização da sociedade e da sociabilidade com base nos produtores associados, ou seja, em um processo de co-evolução, permite superar a crise ambiental, social e histórica na qual estamos imersos:

Neste respeito uma teoria mais ampla da ecologia como processo de mudança envolvendo contingência e co-evolução se faz necessária se nós nos dispusermos não só a entender o mundo mas a modificá-lo em conformidade com as necessidades da liberdade humana e da sustentabilidade ecológica. “O que importa não é se modificamos ou não a natureza”, escrevem Haila e Levins, “mas como, e com que propósito, o fazemos.” (FOSTER, 2005, PP. 347)

Sustentabilidade e as determinações econômicas

A pesquisa que precede este artigo, pesquisa em andamento, consiste na análise de um Programa de sustentabilidade ambiental desenvolvido por uma empresa do ramo madeireiro em parceria com uma ONG ambientalista. O objetivo apresentado por esse Programa é promover desenvolvimento econômico, através do programa de fomento florestal¹², com manejo ambientalmente sustentável das propriedades, dando ênfase ao cuidado com a mata ciliar e com a água. Esse Programa está fundado basicamente em duas frentes de ação. A primeira, que diz respeito mais especificamente ao desenvolvimento econômico, consiste no financiamento por parte da empresa do plantio de florestas de exóticas – matéria prima para o setor de papel e celulose. Esse financiamento juridicamente atende sob o termo de fomento florestal. A segunda frente de ação consiste no trabalho de restauração e preservação ambiental, atentando especialmente para a formação de “reservas legais”¹³ e restauração da mata nativa com

¹² Fomento Mercantil, segundo a ANFA - Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil – é “a prestação de serviços, em base contínua, os mais variados e abrangentes, conjugada com a aquisição de créditos de empresas, resultantes de suas vendas mercantis ou de prestação de serviços, realizadas a prazo” (definição retirada do site da ANFA <<http://www.anfac.com.br/servlet/ServletConteudo?acao=consultarConteudo&txtCodiCont=25>> em 30 de março de 2010 as 19:30h)¹². O fomento florestal consiste em um contrato de aquisição de crédito por parte do agricultor para o plantio de árvores e a venda desse produto à empresa à longo prazo. De acordo com a Associação Brasileira de produtores de Florestas Plantas – ABRAF – esse mecanismo de negociação tem aumentado nos últimos anos. A área total ocupada por programas de fomentos ligados à empresas associadas da ABRAF era de 290.000 há em 2006 e em 2007 teve um aumento de 38,6%, o que representa um total de 401.900 há.

¹³ As “reservas legais” são a parcela de floresta nativa intocada que deve ser preservada. É uma exigência da legislação brasileira. Essa reserva traz alguns problemas tais como o debate nacional gerado pela tentativa do governo

plantio de plantas nativas e educação ambiental – esta, elaborada pelos técnicos da ONG.

O objetivo dessa pesquisa é buscar melhor compreender a forma como a temática ambiental é incorporada ao processo de produção, ou à mercadoria. Para o presente artigo interessa a apresentação de meus resultados preliminares relativos à mercadoria estudada, a madeira; e a formação do que chamo “valor verde” – que como vimos, não difere de qualquer valor de outra mercadoria.

A mercadoria

Devo esclarecer que minhas questões iniciais – as quais guiaram meu campo inicialmente – giravam em torno de entender como o valor é formado nesse processo específico; quanto desse valor é agregado pelo apelo ambiental/sustentável; em que ponto do processo a empresa extrai a mais-valia dos trabalhadores/agricultores, posto que institucionalmente os agricultores sejam produtores autônomos; e, por que é que os agricultores aderem ao programa.

A negociação financeira do fomento florestal se dá por meio da moeda “árvores”, em toneladas ou toras. Ou seja, a contabilidade é feita por meio da equivalência entre a quantidade de toras por hectare de terra plantado e o valor do financiamento inicial. O cálculo é feito da seguinte forma: cada hectare plantado produz um número “x” de toras que por sua vez precisa de um valor “y” de investimento financeiro inicial. O número “x” de toras é calculado a partir do espaçamento ideal entre as mudas e da área total a ser plantada. O valor “y”, por sua vez, é contabilizado a partir da mão-de-obra e dos insumos necessários para o plantio das mudas na área destinada. As mudas são fornecidas pela empresa e o produto, as toras de madeira, é cortado em 7, 14 e 21 anos, gerando, portanto, produtos em todo esse período – posto que se algumas árvores são danificadas antes daqueles períodos podem ser cortadas e aproveitadas para outras mercadorias, como na construção civil, gerando também renda. Mas como se faz a equivalência do investimento inicial, em dinheiro e a quantidade de toras?

Fiquei com essa pergunta durante algum tempo, pois inicialmente pensei que o valor da produção seria determinado já no contrato, então, em sete anos esse valor estaria desatualizado e o agricultor, dessa forma, perderia renda enquanto a empresa lucraria ainda mais. Essa seria uma lógica perversa, a extração do lucro estando bastante clara. No entanto, a determinação do valor, conforme nos explica Marx, não é tão evidente assim. A equivalência é sim determinada em contrato, mas se faz em termos do percentual de toras cortadas por hectare. Então um **valor** “x” de investimento é considerado igual a uma **quantidade** “y” da produção do primeiro ciclo de corte – sete anos – e do segundo – com 14 anos –, por hectare – o terceiro ciclo é integralmente do produtor¹⁴. O agricultor ganha, então, os percentuais restantes do primeiro e do segundo ciclos de corte, podendo vendê-lo para quem lhe propiciar maior lucro e, integralmente, com o terceiro ciclo de corte. Ou seja, o agricultor é livre para negociar como lhe convir.

de Santa Catarina de reduzir a área a ser preservada nas margens de rios – de 30 para 5 metros. Essas reservas são chamadas “legais”, pois remete a dois sentidos: o sentido da legalidade no sentido de cumprimento da lei; e também o sentido figurativo de legal enquanto algo bom, interessante.

¹⁴ Verificar a percentagem.

No entanto, o que me pareceu bastante significativo, é que – conforme me explicaram os próprios agricultores – o valor pago pela mercadoria dentro desse processo sustentável é o mesmo do que no plantio tradicional. Ou seja, o agricultor não agrega valor ao seu produto ao comprometer-se com esse programa. O que acontece é que os agricultores acreditam ganhar mais dinheiro no processo de conversão do valor investido – que é financiado pela empresa – à mercadoria. O cálculo que fazem é o seguinte: no valor do investimento inicial está incluso o gasto com a “mão-de-obra”, então, se não contratarem “mão-de-obra” ficam, os agricultores, com esse valor para si. Isso significa que não percebem a realização do seu próprio trabalho; acham que ao não pagar a outrem para plantar a madeira não estão utilizando mão-de-obra, quando antes eles mesmos estão deixando de fazer outra atividade para plantar, e para tanto precisam sustentar-se, ou seja, precisam gastar esse dinheiro para sua própria manutenção. E ao fim, não ganham mais dinheiro.

Minha hipótese inicial sobre a formação do valor ambiental era a de, primeiro, que a pressão que essa temática tem feito constrói uma demanda por mercadorias ecologicamente corretas (o que envolve diretamente a produção) e, segundo, o aumento dessa demanda somado às dificuldades para a produção desses produtos – pouca oferta e muita procura –, se reflete na forma de valor monetário agregado, ou seja, faz com que o preço da mercadoria “verde” seja maior do que uma mercadoria tradicional, ou não “verde”. No entanto, o que verifiquei é que esse valor não se reflete necessariamente ou diretamente em mais lucro. Reconstruindo o trajeto de minha expedição para chegar a essa questão:

Percebi que os agricultores fomentados não recebem mais dinheiro por agirem/participarem desse Programa Ambiental; o preço da madeira não se altera em comparação com o preço da madeira oriunda de outras formas de plantio. O que acontece é que para fazer parte do Programa de fomento em questão (o da empresa) o desenvolvimento de ações visando a conservação ambiental é condição fundamental.

Por sua vez, a empresa também, aparentemente, não tem um “retorno financeiro” ocasionado por suas ações ambientais, pois conforme me explicou um dos técnicos, um dos interlocutores na pesquisa, embora o preço possa parecer maior no produto final, de fato a empresa não gera mais lucro. Isso porque todo o processo, desde o financiamento do plantio das árvores pelos fomentados até o apoio financeiro para a elaboração do Programa, que visa fornecer os subsídios técnicos para a conservação ambiental, passando pelo processamento da madeira até virar o produto final – processo que envolve, por exemplo, máquinas menos poluentes, meios alternativos de geração de energia e filtros para eliminação de resíduos – torna o processo mais caro. Ou seja, o que aparece no preço final como mais valor, na verdade refere-se ao maior investimento em tempo e dinheiro para a elaboração do produto “verde”. Continuo perguntando-me então qual seria a vantagem/interesse nessa área para a empresa? A resposta que prontamente vem deste meu interlocutor, é simples e objetiva: ganha certificação. A certificação significa concretamente a manutenção do produto no mercado, por causa da concorrência, principalmente no mercado internacional.

Disso tudo posso concluir que existe uma interferência do apelo ambiental na própria estrutura do mercado. Ele, o mercado, é que exige essa postura ambientalmente responsável (os compradores internacionais só compram madeira certificada). E essa

reestruturação corresponde também a criação de novos mercados, no caso específico o mercado de certificações ambientais.

Por outro lado, também posso concluir que a obtenção do lucro por parte da empresa continua baseada no trabalho, uma vez que ao pagar ao agricultor o valor da mão-de-obra exime-se de pagar mais, ou cobrar menor percentual sobre a produção, dando a impressão de que quem é responsável por pagar a mão-de-obra é o próprio agricultor. Assim, mesmo embora a empresa colocando no cálculo do investimento inicial a mão-de-obra, tal financiamento lhe é integralmente reembolsado pelo agricultor.

Devo deixar claro que não consigo expressar todas as nuances envolvidas na pesquisa, apresento apenas um esboço referente especificamente às questões em torno da formação do valor. Quero apenas destacar que os trabalhos referentes às ações ambientais acontecem nas propriedades dos agricultores, que com o Programa ganham auxílio técnico para fazer o manejo sustentável de suas propriedades.

Também é importante destacar que não elaboro uma problematização da negatividade ou não do plantio de exóticas, mesmo sabendo que existem muitos estudos sobre isso. Parto, no entanto, de outra problemática: a do empobrecimento da pequena agricultura. O reflorestamento com exóticas tem proporcionado bem ou mal, renda para o pequeno agricultor. Reconheço, no entanto, que há uma contradição na realização de tal Programa, uma vez que coloca em questão a exploração do solo: Se por um lado esse Programa auxilia no manejo mais sustentável da propriedade, por outro lado tem-se uma cada vez maior quantidade de áreas plantadas com árvores exóticas.

Com essa pequena referência ao meu estudo de caso quis pontuar a íntima relação entre a exploração do trabalho e da natureza. Para Marx, conforme elucidada Foster (2005), a degradação ambiental incitada pelo capitalismo começa pela segregação campo – cidade. Segregação que prossegue com a marginalização cada vez maior da pequena propriedade, em geral de produção diversificada e de alimentos, e pela superelevação da monocultura dos grandes agroindustriais – pois já nem sequer falamos de grandes proprietários ou latifúndios.

Conclusão

Minha pesquisa ainda não está concluída, mas posso antecipar que meus dados e análises teóricas me levam a certeza cada vez maior e mais clara de que a forma pela qual a problemática ambiental é apropriada por nossa moderna sociedade é através da mercadoria. Um de meus interlocutores na pesquisa de campo deixa isso muito claro quando se refere aos problemas por ele enfrentados. Diz que degradação ambiental é “coisa” para quem tem dinheiro; tendo dinheiro se pode comprar – e escolher – qualquer degradação (sinônimo de licença ambiental). Quem não tem dinheiro não pode nem sequer cortar árvores nativas para fazer lenha, pois tem que pagar a multa depois.

De uma forma ou de outra, bem ou mal, se tem avanços pontuais de consciência ambiental, como a do meu interlocutor que não corta mais árvores nativas. Mas ao não

serem repensadas as relações de produção, por exemplo, a própria utilização desmedida da madeira, ou enquanto não se alterar a relação de exploração, não se alcançará um programa de sustentabilidade real.

A mercadoria, forma como é incorporada a preocupação ambiental, tem a incrível capacidade de alienar o produtor e o consumidor das relações de produção estabelecidas – conforme exemplifica os dados sobre minha pesquisa. Agindo dessa forma torna alienadas as questões sociais. Não nos questionamos seriamente sobre o porquê de priorizar investimentos em radares espaciais e não usar tal financiamento para acabar com a fome no mundo, por exemplo. A proposição de pensar a sociedade enquanto um metabolismo traz novas possibilidades de abordagens em favor tanto da natureza como do homem – proporciona novas possibilidades de entendimento e construção de um sistema produtivo que não esteja exclusivamente baseado no lucro.

Bibliografia

ALTVATER, E. (2007). *Existe um marxismo ecológico*. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007 ISBN 978987118367-8. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc>. Acessado em 06/11/2009.

ANDION, C. ATUAÇÃO DAS ONGs NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL DE SANTA CATARINA:

Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO. Tese, UFSC, 2007.

ANDRIOLI, Antonio Inácio, 2007. A atualidade de Marx para o debate ambiental. Texto apresentado ao V Colóquio Marx e Engels, UniCamp, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio_Andrioli.pdf

BURKETT, P. (2007). Marxismo e ecologia. Entrevista dada a João Aguiar. Disponível em: <http://odiario.info/articulo.php?p=371&more=1&c=1>. Acessado em 28/11/2009, as 16:16h.

Colby, Michael E. The Evolution of Paradigms of Environmental Management in Development. 1989.

DIEGUES, A. C. (2005). O mito moderno da natureza intocada. HUCITEC, NUPAUB/USP, São Paulo.

_____. (2008) *O mito moderno da natureza intocada*. Ed. HUCITEC - NUPAUB. São Paulo. 6a. Edição.

DUPUY, J. P. (1980). *Da ecologia à crítica radical da sociedade industrial*. In: *Introdução a crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FOSTER, J. B.(2005). *A Natureza de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FOLADORI, G. (2000) *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Resenhas. Editora da FURB. Blumenau.

GUIVANT, J. S. e TOMIELLO, N. (2008) *Ambivalência na comunicação das estratégias de sustentabilidade: uma análise da cadeia de valor da Wal-Mart na perspectiva global, nacional e local*. In: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, v. 9, n. 95, p. 55-78.

LEFF, E. (2002). *Epistemologia Ambiental*. Cortez, São Paulo.

LEIS, H. R. (2004). *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Montevideo, Coscoroba/CLAES.

MARX, K. (1996) *O Capital*. Cap. I, livro I, in. *Os Economistas*, Nova Cultural LTDA, São Paulo

_____ (??) *Prefácio à Contribuição à crítica da Economia Política*, in *Textos, Edições Sociais*, São Paulo.

MULLER, Ricardo G. *Missão Civilizatória e Exterminismo: um caso de Realismo Político*. Relatório Técnico de pesquisa junto ao NECVU/Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ), 2008.

POSTONE, M., (2006). *Tiempo, trabajo y dominación social: una reinterpretación crítica de Marx*. Madrid: Politopías.

SACHS, Ignacy. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: CORTEZ.

VIEIRA, P. F. Introdução (p. 13-42). *Gestão Integrada e Participativa de Recursos: Conceitos, Métodos e Experiências*. Secco, Florianópolis, 2005.

VIEIRA, P.F. Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: /esboço de Roteiro Metodológico Participativo. In: *EISFORIA*, Florianópolis, v. 4. especial, p. 249-309, dez. 2006

VIEIRA, P.F.. Introdução (p. 09-31). In. *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: CORTEZ, 2007.

VIOLA, E. J & LEIS, H. R. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

WOOD,E. M. A Democracia contra Capitalismo. Siglo Veintiuno, México, 2000.